



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

SANTA HELENA - PB

Criado pela Lei Nº 118/74 de 17/10/1974

CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

Edição Nº012

Santa Helena, sexta-feira, 03 de dezembro de 2021

DECRETO Nº 064/2021, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS COMPLEMENTARES E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTA HELENA-PB, DE MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO COVID-19 (NOVO CORONAVÍRUS), BEM COMO SOBRE RECOMENDAÇÕES AOS MUNICÍPIOS E AO SETOR PRIVADO, ADOTANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, ESTADO DA PARAIBA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal, Leis Estaduais e Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 2020;

CONSIDERANDO a declaração da condição de transmissão pandêmica sustentada da infecção humana pelo Coronavírus, anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 40.122, de 13 de março de 2020, bem como o Decreto Municipal Nº 005/2020, de 18 de março de 2020, os quais decretaram respectivamente Situação de Emergência no Estado da Paraíba e no município de Santa Helena-PB, ante o contexto de decretação de Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo Coronavírus definida pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual Nº 40.135, de 20 de março de 2020, Decreto Estadual nº 40.141, de 22 de março de 2020, Decreto Estadual Nº 40.169, de 03 de abril de 2020, bem como o Decreto Estadual Nº 40.188, de 17 de abril de 2020, Decreto Nº 41.053, de 23 de fevereiro de 2021, Decreto Estadual Nº 41.086 de 09 de março de 2021, Decreto Estadual Nº 41.120 de 25 de março de 2021, Decreto Estadual Nº 41.142 de 02 de abril de 2021, Decreto Estadual Nº 41.175, de 17 de abril de 2021, Decreto Estadual Nº 41.219, de 30 de abril de 2021, Decreto Estadual Nº 41.352 de 17 de junho de 2021 e DECRETO Nº 41.978, de 30 de novembro de 2021, que dispõem sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual;

CONSIDERANDO, por fim a necessidade de nova regulamentação, no Município de Santa Helena-PB, de medidas para enfrentamento da emergência de saúde de importância internacional decorrente do corona vírus, sendo essenciais e indispensáveis tais medidas para adequação à nova realidade na saúde pública, em conformidade com a Lei Federal nº 13.979/2020;

DECRETA:

Art. 1º Em caráter excepcional, diante da necessidade de conservação e ampliação das medidas de restrição, previstas no Decreto Municipal Nº 005/2020, de 19 de março de 2020, observando-se o Decreto Estadual Nº 41.053, de 23 de fevereiro de 2021, Decreto Estadual Nº 41.086 de 09 de março de 2021 e Decreto Estadual Nº 41.175, de 17 de abril de 2021, **fica prorrogado até o dia 03 de janeiro de 2022** o prazo previsto nos artigos 1º e 4º, do Decreto Municipal nº 006/2020, de 22 de março de 2020, modificado pelo Decreto Municipal Nº 008/2020, de 06 de abril de 2020, Decreto Municipal nº 010/2020, de 18 de abril de 2020, Decreto Municipal nº 013/2020, de 30 de abril de 2020, Decreto Municipal nº 019/2020, 18 de maio de 2020, Decreto Municipal nº 020/2020 de 01 de junho de 2020, Decreto Municipal nº 022/2020, de 22 de junho de 2020, Decreto Municipal nº 028/2020, de 30 de junho de 2020, Decreto Municipal nº 031/2020, de 15 de julho de 2020, Decreto Municipal nº 0032/2020, de 31 de julho de 2020, Decreto Municipal nº 034/2020 de 15 de agosto de 2020, Decreto Municipal nº 036/2020, de 15 de setembro de 2020, Decreto Municipal nº 039/2020, de 30 de setembro de 2020, Decreto Municipal nº 041/2020, de 15 de outubro de 2020, Decreto Municipal nº 044/2020, de 31 de outubro de 2020, Decreto Municipal nº 046/2020 de 16 de novembro de 2020, Decreto Municipal nº 048/2020 de 30 de novembro de 2020, Decreto Municipal nº 050/2020 de 15 de dezembro de 2020, Decreto Municipal nº 001/2021 de 04 de janeiro de 2021, Decreto Municipal nº 008/2021 de 15 de janeiro de 2021, Decreto Municipal nº 011/2021 de 01 de fevereiro de 2021, Decreto Municipal nº 014/2021 de 15 de fevereiro de 2021, Decreto Municipal nº 016/2021 de 01 de março de 2021, Decreto Municipal nº 017/2021 de 01 de março de 2021, Decreto Municipal nº 022/2021 de 11 de março de 2021, Decreto Municipal nº 023/2021 de 26 de março de 2021, Decreto Municipal nº 025/2021 de 05 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 027/2021 de 19 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 028/2021 de 28 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 030/2021 de 03 de maio de 2021, Decreto Municipal nº 031/2020, de 15 de julho de 2020, Decreto Municipal nº 0032/2020, de 31 de julho de 2020, Decreto Municipal nº 034/2020 de 15 de agosto de 2020, Decreto Municipal nº 036/2020, de 15 de setembro de 2020, Decreto Municipal nº 039/2020, de 30 de setembro de 2020, Decreto Municipal nº 041/2020, de 15 de outubro de 2020, Decreto Municipal nº 044/2020, de 31 de outubro de 2020, Decreto Municipal nº 046/2020 de 16 de novembro de 2020, Decreto Municipal nº 048/2020 de 30 de novembro de 2020, Decreto Municipal nº 050/2020 de 15 de dezembro de 2020, Decreto Municipal nº 001/2021 de 04 de janeiro de 2021, Decreto Municipal nº 008/2021 de 15 de janeiro de 2021, Decreto Municipal nº 011/2021 de 01 de fevereiro de 2021, Decreto Municipal nº 014/2021 de 15 de fevereiro de 2021, Decreto Municipal nº 016/2021 de 01 de março de 2021, Decreto Municipal nº 017/2021 de 01 de março de 2021, Decreto Municipal nº 022/2021 de 11 de março de 2021, Decreto Municipal nº 023/2021 de 26 de março de 2021, Decreto Municipal nº 025/2021 de 05 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 027/2021 de 19 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 028/2021 de 28 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 030/2021 de 03 de maio de 2021, Decreto Municipal nº 031/2021 de 10 de maio de 2021, Decreto Municipal nº 031/2021 de 10 de maio de 2021, Decreto Municipal nº 032/2021 de 18 de maio de 2021, Decreto Municipal nº 033/2021 de 19 de maio de 2021, Decreto Municipal nº 035/2021 de 29 de maio de 2021, Decreto Municipal nº 037/2021 de 18 de junho de 2021, Decreto Municipal nº 039/2021 de 02 de julho de 2021, Decreto Municipal nº 041/2021 de 19 de julho de 2021, Decreto Municipal nº 043/2021 de 09 de agosto de 2021, Decreto Municipal nº 045/2021 de 16 de agosto de 2021, Decreto Municipal nº 047/2021 de 25 de agosto de 2021, Decreto Municipal nº 050/2021 de 10 de setembro de 2021, Decreto Municipal nº 051/2021 de 28 de setembro de 2021, Decreto Municipal nº 056/2021 de 13 de outubro de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 059/2021 de 01 de novembro de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 061/2021 de 16 de novembro de 2021, observando-se as modificações constantes deste Decreto.

Art. 2º Excepcionalmente, na busca de resguardar o interesse da coletividade na prevenção do contágio e no combate da disseminação do coronavírus - COVID-19, fica determinado até o dia 03 de janeiro de 2022, as seguintes restrições:

I – Proibição da realização de velórios para os falecidos que tenham a causa morte ocasionada pelo COVID 19;



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

SANTA HELENA - PB

Criado pela Lei Nº 118/74 de 17/10/1974

CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

Edição Nº012

Santa Helena, sexta-feira, 03 de dezembro de 2021

II- Proibição de realização de vaquejadas, bolões de vaquejadas com mais de 70% de público para a capacidade do local;

III - Proibição da realização de festas ou eventos coletivos artísticos, culturais, esportivos e aglomerações em praças ou espaços públicos.

Parágrafo único: Fica permitido a utilização de caixas de sons acústicas ou paredões com sonorização nas solenidades oficiais realizadas pela municipalidade, assim como nos eventos religiosos, observado, em todo caso, os protocolos elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Os bares, balneários, espetinhos, trailer com lanches e estabelecimentos similares, até o dia 03 de janeiro de 2022, somente poderão funcionar com atendimento nas suas dependências das 06:00 horas até 24:00 horas, com ocupação de 70% da capacidade do local, ficando vedada, antes e depois desse horário, a comercialização de qualquer produto para consumo no próprio estabelecimento, cujo funcionamento poderá ocorrer apenas através de delivery.

Art. 4º No período compreendido entre 03 de dezembro de 2021 a 03 de janeiro de 2022 fica permitida a realização de shows em locais privados, com ocupação de até 50% por cento da capacidade do local, desde que previamente solicitado por meio de requerimento à Secretaria Municipal de Saúde com antecedência de 48(quarenta e oito) horas, para observância de todos os protocolos da Vigilância Sanitária e assinatura pelo responsável de termo de responsabilidade para cumprimento das normas sanitárias.

Parágrafo único - Nos eventos sociais na modalidade shows a serem realizados no município deverá ser exigido dos frequentadores a apresentação de cartão de vacinação com, no mínimo, a comprovação da primeira dose da vacina, há pelo menos 14 dias, e apresentação de teste de antígeno negativo para COVID-19, realizado em até 72 horas antes do evento, sendo dispensada a apresentação do exame para as pessoas que já se encontrarem com o esquema vacinal completo (duas doses ou dose única)

Art. 5º Até 03 de janeiro de 2022, fica permitido a realização de festas em comemoração à aniversários e casamentos em espaços privados, com ocupação de 50% da capacidade do local, desde que previamente comunicado à Secretaria Municipal de Saúde, para observância de todos os protocolos da Vigilância Sanitária.

Art. 6º Os restaurantes, lojas de roupas, lojas de variedades e presentes, sorveterias, lanchonetes, pizzarias, lojas de conveniência, lojas de brinquedos, hortifrútiis, frigoríficos, açougues e estabelecimentos similares, até o dia 03 de janeiro de 2022, somente poderão funcionar com atendimento nas suas dependências das 06:00 horas até 24:00 horas, com ocupação de 70% da capacidade do local, ficando vedada, antes e depois desse horário, a comercialização de qualquer produto para consumo no próprio estabelecimento, cujo funcionamento poderá ocorrer apenas através de delivery.

Art. 7º Fica determinada a retomada das atividades educacionais na forma presencial, de forma híbrida, nas unidades das redes pública e privada de ensino, tão somente no que se refere a educação fundamental, ensino médio, ensino técnico e profissionalizante, conforme Decreto específico sobre esta matéria, observado, em todo caso, os protocolos elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 8º Os estabelecimentos comerciais que funcionem como correspondentes bancários e as lotéricas ficarão abertos das 07:00 horas da manhã até às 17:00 horas da tarde, e na ocorrência de filas, fica o proprietário do estabelecimento obrigado a organizar tanto o fluxo interno como externo, fazendo um trabalho de orientação no sentido do distanciamento mínimo de 1,5(um virgula cinco) metros entre as pessoas, observado, em todo caso, os protocolos elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 9º Permanecem abertos, até o dia 03 de janeiro de 2021, no horário de 07:00 as 22:00 horas, estabelecimentos do setor de serviços e o comércio, tais como supermercados, mercados, padarias, dentre outros, observado, em todo caso, os protocolos elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 10 Até 03 de janeiro de 2022, fica estabelecido que a realização de missas, cultos e quaisquer cerimônias religiosas presenciais poderão ocorrer, com ocupação de 70% da capacidade do local.

Art. 11 As academias, estúdios de pilates e de ginástica poderão funcionar das 05:00 horas da manhã até às 24:00 horas, desde que haja o fornecimento de máscaras de proteção e dispensação de álcool em gel aos funcionários, bem como aos clientes, devendo os aparelhos ser higienizados após cada uso, restando terminantemente proibido o acesso sem o uso de máscara e de mais de 10(dez) clientes por vez ao interior dos estabelecimentos e um distanciamento mínimo de 1,5(um virgula cinco) metros de distância entre os clientes, com atendimento sempre por agendamento.

Art. 12 Poderão funcionar e ser realizadas também, observado, em todo caso, os protocolos elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde, as seguintes atividades:

I - pousadas e similares;

II - construção civil e lojas de material de construção.

III - feiras livres, desde que observadas as boas práticas de operação padronizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, somente para os produtores que trabalham em regime de economia familiar;

IV - estabelecimentos médicos, hospitalares, odontológicos, farmacêuticos, psicológicos, consultórios direcionados a saúde, laboratórios de análises clínicas e as clínicas de fisioterapia e de vacinação;

V - clínicas veterinárias;

VI - distribuição e comercialização de combustíveis e derivados e distribuidores e revendedores de água e gás;

VII - supermercados, mercados, padarias e lojas de conveniência situadas em postos de combustíveis, farmácias, ficando expressamente vedado o consumo de quaisquer gêneros alimentícios e bebidas no local;

VIII - cemitérios e serviços funerários;

IX - serviços de manutenção, reposição, assistência técnica, monitoramento e inspeção de equipamentos e instalações de máquinas e equipamentos em geral;

X - empresas de saneamento, energia elétrica, telecomunicações e internet;

XI - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

XII - os órgãos de imprensa e os meios de comunicação e telecomunicação em geral;

XIII - Os salões de beleza, barbearias e demais estabelecimentos de serviços pessoais, atendendo exclusivamente por agendamento prévio apenas 05(cinco) clientes de cada vez, sem aglomeração de pessoas nas suas dependências e observando todas as normas de distanciamento social, das 07:00 horas até 22:00 horas;



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
SANTA HELENA - PB
Criado pela Lei Nº 118/74 de 17/10/1974
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

Edição Nº012

Santa Helena, sexta-feira, 03 de dezembro de 2021

XIV – Fica permitido a realização de vaquejadas e bolões de vaquejadas e com presença de público de até 50% para a capacidade do local, desde que com número de senhas limitadas para os vaqueiros, observado, em todo caso, os protocolos elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde.

XV- Fica permitido a realização campeonatos e de treinos de futebol e voleibol, bem como a realização e atividades físicas coletivas, a exemplo de aulas de danças, aeróbica, além de outras, observado, em todo caso, os protocolos elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 13 Fica considerado obrigatório o uso de máscara facial durante o deslocamento de pessoas pelos bens e espaços públicos do Município e para o atendimento em estabelecimentos privados ou públicos, com funcionamento autorizado, seja na Zona Rural ou Urbana da municipalidade.

§ 1º Os estabelecimentos com funcionamento autorizado não poderão permitir o ingresso ou a permanência de clientes, consumidores ou frequentadores sem máscaras faciais.

§ 2º Os estabelecimentos com funcionamento autorizado deverão afixar, em local de fácil visualização, cartazes, placas ou outro meio eficaz, contendo informações sobre o uso obrigatório de máscaras.

Art. 14. Qualquer pessoa que esteja dentro dos limites geográficos do Município de Santa Helena-PB que apresentar sintomas do Novo Coronavírus (COVID-19) será posta em isolamento social e a Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com a Vigilância Sanitária fará o monitoramento, proporcionando a devida assistência médica.

Parágrafo único. Os visitantes que eventualmente apresentarem sintomas do Novo Coronavírus (COVID-19), serão de imediato submetidos ao isolamento social, devendo Secretaria Municipal de Saúde, com as devidas cautelas, comunicar o fato as autoridades competentes do município no qual estiver residindo;

Art. 15 A inobservância ao disposto neste decreto sujeita o infrator a interdição do estabelecimento comercial por até 07 (sete) dias, sendo que em caso de reincidência, será interditado pelo dobro de dias, além do pagamento de multa, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), no caso de pessoa física, e de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), no caso de pessoa jurídica, por deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas que visem à proteção e manutenção da saúde, da higiene e da vida humana, sem prejuízo das sanções administrativas e penais previstas na legislação em vigor.

§ 1º Os valores das multas serão aplicados em dobro, no caso de reincidência.

§ 2º Os valores provenientes decorrentes do pagamento das multas serão destinados à aquisição de máscaras para distribuição às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Art. 16 Ficam mantidas as vigências dos Decretos Municipais nº. 005/2020, de 19 de março de 2020, nº 006/2020, de 22 de março de 2020, 008/2020, de 06 de abril de 2020, nº 010/2020, de 18 de abril de 2020, nº 013/2020, de 30 de abril de 2020, nº 019/2020, 18 de maio de 2020, nº 020/2020 de 01 de junho de 2020, nº 022/2020, de 22 de junho de 2020, nº 028/2020, de 30 de junho de 2020, nº 031/2020, de 15 de julho de 2020, nº 032/2020, de 31 de julho de 2020, nº 034/2020 de 15 de agosto de 2020, Decreto Municipal nº 036/2020 de 15 de setembro de 2020, Decreto Municipal nº 039/2020 de 30 de setembro de 2020, Decreto Municipal nº 041/2020 de 15 de outubro de 2020, Decreto Municipal nº 044/2020 de 31 de outubro de 2020, Decreto Municipal nº 046/2020 de 16 de novembro de 2020, Decreto Municipal nº 048/2020 de 30 de novembro de 2020, Decreto Municipal nº 050/2020 de 15 de dezembro de 2020, Decreto Municipal nº 001/2021 de 04 de janeiro de 2021, Decreto Municipal nº 008/2021 de 15 de janeiro de 2021, Decreto Municipal nº 011/2021 de 01 de fevereiro de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 014/2021 de 15 de fevereiro de 2021, Decreto Municipal nº 016/2021 de 01 de março de 2021, Decreto Municipal nº 017/2021 de 01 de março de 2021, Decreto Municipal nº 022/2021 de 11 de março de 2021, Decreto Municipal nº 023/2021 de 26 de março de 2021, Decreto Municipal nº 025/2021 de 05 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 027/2021 de 19 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 028/2021 de 28 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 030/2021 de 03 de maio de 2021, Decreto Municipal nº 031/2021 de 10 de maio de 2021, Decreto Municipal nº 032/2021 de 18 de maio de 2021, Decreto Municipal nº 033/2021 de 19 de maio de 2021, Decreto Municipal nº 035/2021 de 29 de maio de 2021, Decreto Municipal nº 037/2021 de 18 de junho de 2021, Decreto Municipal nº 039/2021 de 02 de julho de 2021, Decreto Municipal nº 041/2021 de 19 de Julho de 2021, Decreto Municipal nº 043/2021 de 09 de agosto de 2021, Decreto Municipal nº 045/2021 de 16 de agosto de 2021, Decreto Municipal nº 047/2021 de 25 de agosto de 2021, Decreto Municipal nº 050/2021 de 10 de setembro de 2021, Decreto Municipal nº 051/2021 de 28 de setembro de 2021, Decreto Municipal nº 056/2021 de 13 de outubro de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 059/2021 de 01 de novembro de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 061/2021 de 16 de novembro de 2021, com as modificações constantes do presente Decreto.

Art. 17 Em caso de recusa do cumprimento das determinações contidas no presente Decreto, fica autorizado, desde já, aos órgãos competentes, com objetivo de atender o interesse público e evitar o perigo de contágio e risco coletivo, adotar todas as medidas cabíveis, com interdição total da atividade, na forma da legislação vigente, observado o estipulado no artigo 14 deste Decreto, sem prejuízo do cometimento em tese de crime previsto na Legislação Penal Vigente, especificamente o art. 268, do Código Penal, que prevê como crime contra a saúde pública o ato de infringir determinação do Poder Público destinada a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa, .fato que deve ser comunicado imediatamente a autoridade policial competente, para tomada das medidas aplicáveis.

Art. 18 Novas medidas poderão ser adotadas, a qualquer momento, em função do cenário epidemiológico município de Santa Helena-PB e no Estado da Paraíba.

Art. 19 Este Decreto entra em vigor na data de sua a publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Helena - Estado de Paraíba, em 03 de dezembro de 2021.


JOÃO CLEBER FERREIRA LIMA
PREFEITO